

O tabaco como um fator de risco e prioridades para a ação

ACT, 04/07/2011

A diretora-executiva da ACT, Paula Johns, participou, em junho, nas Nações Unidas, em Nova York, da reunião preparatória para a cúpula sobre doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), que será realizada em 19 e 20 de setembro. Será a segunda reunião de alto nível na história da ONU sobre tema de saúde, já que a primeira foi nos anos 80, sobre HIV-Aids. Os estados membro serão representados por chefes de Estado.

Na reunião preparatória, a presença de estados membro na audiência pública foi considerada muito significativa e a participação da sociedade civil foi intensa. Foi na categoria de “guest-speakers” que Paula representou a ACT, mas outras organizações se inscreveram para apresentar seus trabalhos.

O discurso feito por Paula pode ser lido a seguir:

“Sou Paula Johns, do Brasil, diretora executiva da ACT, uma organização da sociedade civil que visa o controle do tabaco.

O tabaco é o fator de risco número um para doenças crônicas não-transmissíveis, mas a boa notícia é que sabemos o que fazer: implementar rápida e efetivamente a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

Entretanto, dado o poder econômico da indústria do tabaco, as diretrizes do artigo 5.3 do tratado precisam ser levadas a sério para proteger as políticas de saúde pública dos interesses comerciais da indústria do tabaco.

Precisamos construir e manter uma liderança política determinada a sustentar a implementação de medidas de controle de tabaco a longo prazo. A sociedade civil tem um papel decisivo nesse processo.

O Brasil é um bom exemplo para ilustrar meu argumento. Somos conhecidos como líderes globais no controle do tabaco. Devido a um alto nível de liderança política nacional fomos capazes de implementar algumas das medidas fundamentais da CQCT.

Em 1898, 35% da população era fumante. Hoje, apenas 17% fumam. Essa queda já trouxe resultados visíveis, com uma diminuição da taxa de mortalidade devido a doenças respiratórias e cardiovasculares.

Por outro lado, seguir adiante se tornou mais difícil.

O preço dos nossos cigarros é um dos menores do mundo! Nós também não protegemos igualmente todos os brasileiros do fumo passivo, e as restrições à promoção, publicidade e patrocínio foram superadas por novas estratégias de marketing.

Além disso, todas as medidas existentes estão sendo contestadas na Suprema Corte pela indústria e seus aliados.

Mas isso não impedirá o Brasil de implementar a CQCT.

Os países ao redor do mundo concordaram sobre o que precisa ser feito em relação ao controle do tabaco quando negociaram a CQCT. Agora, o que precisamos na reunião de cúpula da ONU é de um comprometimento político para acelerar a implementação da CQCT.

Obrigada.”